

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM  
GARANTIA ADICIONAL, DA ENERGISA S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**ENERGISA S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Presidente Vargas, 463, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.864.214/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

de outro lado,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida das Américas 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Contrato Social (o “Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de Intervenientes-Anuentes,

**PBPART LTDA.**, sociedade limitada com sede na Avenida Presidente Vargas, 463, 4º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.013.241/0001-63, neste ato representada de acordo com o seu Estatuto Social (doravante denominada simplesmente “PBPART”); e

**PBPART SE2 Ltda.**, sociedade limitada com sede na Avenida Presidente Vargas, 463, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.122.656/0001-38, neste ato representada de acordo com o seu estatuto social (doravante denominada simplesmente “PBPART SE2”).

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Energisa S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas (a “AGE”) e da Reunião do Conselho de Administração (a “RCA”) da Emissora, ambas realizadas em 4 de outubro de 2006, a serem arquivadas na Junta Comercial do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) e publicadas no Diário Oficial do Estado

do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

1.2. Nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas, conforme deliberação da AGE, delegaram ao Conselho de Administração da Emissora, poderes para:

- (i) deliberar sobre as condições relativas às debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures") de que tratam os incisos VI a VIII do referido Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) propor à Assembléia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), em nome da Emissora, alterações que julgar necessárias com relação às características das Debêntures, constantes desta Escritura, observadas as disposições legais aplicáveis; e
- (iii) aprovar o cancelamento, se e quando necessário, das Debêntures que não forem subscritas ou que se encontrem em tesouraria.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A emissão das Debêntures (a "Emissão") para distribuição pública (a "Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação das Atas de AGE e RCAs

As atas da AGE e da RCA que deliberaram sobre a Emissão, referidas no item 1.1 acima, foram arquivadas na JUCERJA e seus extratos foram publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, edição nacional.

### 2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser submetidos para tais arquivamentos dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua celebração.

### 2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a "Instrução CVM 400"), e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

#### 2.4. Registro dos Contratos de Garantia

Os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) deverão ter sido registrados, previamente à liquidação financeira da presente Emissão, (a) nos livros de registro de ações nominativas da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA (a “SAELPA”) e Companhia Energética da Borborema – CELB (a “CELB”); e (b) nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos.

#### 2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”)

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 20 do Código de Auto-Regulação ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 (“Código ANBID”), sendo a efetivação de tal registro de responsabilidade exclusiva dos Coordenadores (conforme abaixo definido) da Oferta.

#### 2.6. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), por meio do Sistema de Distribuição de Título (“SDT”); e (ii) para negociação no mercado secundário (a) na CETIP, por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND (o “SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA (a “ANDIMA”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, e/ou (b) no Sistema de Negociação BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo (a “Bovespa”), com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas segundo as normas e procedimentos da CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto: (i) participar no capital de outras empresas, especialmente naquelas que tenham como objetivos principais: (a) no setor de energia - a atuação no setor de energia de qualquer tipo, e para suas diferentes aplicações, seja gerando, transmitindo ou distribuindo ou, ainda, operando ou gerenciando para terceiros usinas produtoras, linhas de transmissão e redes de distribuição e quaisquer empreendimentos energéticos; a realização de estudos, elaboração, implantação ou operação de projetos, bem como a atuação em construções e a prestação de serviços, relativamente a usinas, linhas ou redes ou empreendimentos energéticos; a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de peças, produtos e materiais relativos às atividades de transmissão, distribuição e de setores de grande utilização de energia; (b) no setor de saneamento - a captação, o armazenamento, o

tratamento e a distribuição de água, seja para fins particulares ou como prestadora de serviços públicos; a captação e o tratamento de esgotos sanitários, seja para fins particulares ou como prestadora de serviços públicos; a realização de estudos, a elaboração, implantação ou operação de projetos, bem como a atuação em construções e a prestação de serviços, relativamente às atividades descritas neste item "b"; a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de peças, produtos e materiais relativos às atividades descritas neste item "b"; (c) no setor de telecomunicações: a distribuição de sinais de televisão e outros por cabo ou outros meios; a distribuição de dados ou sinais áudio visuais, seja através de meios físicos, ou não; a exploração de serviços de telecomunicação em geral; a realização de estudos, a elaboração, implantação ou operação de projetos, bem como a atuação em construções, bem como a prestação de serviços, relativamente às atividades neste item "c"; a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de equipamentos de telecomunicações; (ii) o estudo, o planejamento e a organização de empresas de que pretenda participar; (iii) a administração de bens próprios; e (iv) a intermediação e operacionalização de negócios no país e no exterior, bem como a prestação de serviços de assistência, consultoria e assessoria administrativa, técnica, financeira, de planejamento, de negócios e de mercado, inclusive para importação e exportação de bens e serviços, seja a terceiros, seja às empresas em que participar, direta ou indiretamente, fornecendo-lhes apoio técnico e tático.

### 3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a primeira emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3. Valor da Emissão

O valor da Emissão é de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sujeito ao disposto no item 3.8. abaixo, bem como à opção de lote suplementar de que trata o item 3.9. abaixo.

### 3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, podendo ser emitidas Debêntures adicionais de acordo com o previsto nos itens 3.8. e 3.9. abaixo.

### 3.5. Número de Séries

A Emissão é realizada em série única.

### 3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão utilizados integralmente com a finalidade de pagamento de dívidas de controlada da Emissora. Mais especificamente, esses recursos serão integralmente utilizados para o pagamento de dívida objeto de Cédulas de Crédito Bancário que têm como credor o Banco Itaú BBA S.A., no valor de principal total de R\$361.100.000,00, assumidas em 20 de abril de 2006 pela Multipar S.A., Planejamento e Corretagem de Seguros (sociedade controlada pela mesma

controladora da Emissora e que será incorporada pela Emissora durante a Desverticalização) para a aquisição da Energia do Brasil Participações Ltda.

### 3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), observados os termos e condições estipulados no "Instrumento Particular de Colocação de 35.000 Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão da Energisa S.A.", celebrado em 5 de outubro de 2006, entre a Emissora e os Coordenadores (o "Contrato de Colocação"). Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no § 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo" e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos"), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, mas anteriormente ao registro da distribuição das Debêntures, serão realizadas apresentações para potenciais investidores (os "Road Shows"), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, durante os quais serão distribuídas versões do Prospecto Preliminar;
- (ii) após a realização dos *Road Shows*, e conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Emissora, os Coordenadores darão início ao Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com o Contrato de Colocação;
- (iii) encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as propostas dos investidores para subscrição das Debêntures;
- (iv) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, será publicado o respectivo anúncio de início; e
- (v) não existirão lotes máximos ou mínimos de subscrição das Debêntures.

3.7.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400, após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início e a disponibilização dos Prospectos aos investidores.

### 3.8. Aumento da Quantidade de Debêntures

3.8.1. A Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM ou de modificação dos termos da Oferta, nos termos do §2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 (o "Lote Adicional").

3.8.2. Na hipótese de emissão do Lote Adicional, a Emissora obriga-se a tomar tempestivamente todas as medidas necessárias para a emissão e oferta das Debêntures do Lote Adicional, inclusive aditar a presente Escritura de forma a refletir o número dessas Debêntures do Lote Adicional.

3.8.3. Na hipótese de aumento da quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos do item 3.8.1 acima, as Debêntures do Lote Adicional serão colocadas sob o regime de melhores esforços.

3.8.4. Não serão constituídas quaisquer garantias adicionais em decorrência da emissão das Debêntures objeto do Lote Adicional.

### 3.9. Opção de Lote Suplementar

3.9.1 Sem prejuízo do disposto no item 3.8 acima, para atender a um eventual excesso de demanda pelas Debêntures, a Emissora outorgou aos Coordenadores a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (a "Opção de Lote Suplementar"), respeitadas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente ofertadas e a mesma Remuneração (conforme abaixo definido) originalmente estabelecida no procedimento de *bookbuilding* aplicável.

3.9.2 Na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar pelos Coordenadores, a Emissora obriga-se a tomar tempestivamente todas as medidas necessárias para a emissão e oferta das Debêntures adicionais, inclusive aditar a presente Escritura de forma a refletir o número de referidas Debêntures adicionais.

3.9.3. Na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar pelos Coordenadores, as Debêntures objeto do exercício da Opção de Lote Suplementar serão colocadas sob o regime de melhores esforços.

3.9.4. Não serão constituídas quaisquer garantias adicionais em caso exercício da Opção de Lote Suplementar.

*[Handwritten signature]*



**CLÁUSULA IV**  
**CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

**4.1. Características Básicas**

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Número de Séries: A Emissão é realizada em série única.

4.1.3. Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.1.5. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional, garantidas conforme os termos dos Contratos de Garantia mencionados na Cláusula 4.10 desta Escritura.

4.1.6. Conversibilidade: As Debêntures são simples (não conversíveis em ações).

4.1.7. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de outubro de 2006 (a “Data de Emissão”).

4.1.8. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de outubro de 2011 (a “Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula V abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

**4.2. Remuneração**

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração”):

**4.2.1. Atualização**

*Handwritten signature/initials*

O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

#### 4.2.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a "Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread máximo de até 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 dias úteis (o "Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário para o Primeiro Período de Capitalização, ou Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de taxas DI Over, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;



$TDI_k$  = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

$DI_k$  = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$d_k$  = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " $d_k$ " um número inteiro;

$FatorSpread$  = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

$spread$  = até o máximo de 2,00 (dois).

$N$  = 252;

$n$  = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " $n$ " um número inteiro;

$DT$  = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " $DT$ " um número inteiro;

$DP$  = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " $DP$ " um número inteiro.

#### Observações:

- (1) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

- (3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (4) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 1º de abril e 1º de outubro de cada ano. O vencimento do primeiro período será em 1º de abril de 2007 e do último em 1º de outubro de 2011.

4.2.2.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o “Período de Ausência da Taxa DI”), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembléia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI.

4.2.2.3. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada publicamente.

4.2.3. Coletas de intenções de investimento (bookbuilding): Para definição da Remuneração, será adotado o procedimento de *bookbuilding*, a ser organizado pelos

Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sendo tal procedimento realizado e a Remuneração divulgada nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, que será ratificada pelo Conselho de Administração da Emissora.

#### 4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima. As Debêntures serão integralizadas à vista, na data da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.3.2. Forma de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da presente Emissão.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriutor, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.3.7. Amortização Programada: As Debêntures serão amortizadas em 3 parcelas anuais e sucessivas, a partir do 3º ano contado da Data de Emissão, nos dias 1º de outubro de cada ano, iniciando-se em 1º de outubro de 2009 (cada uma, uma “Data de Amortização”), nos percentuais e valores que se seguem:

Data da Amortização	Percentual de Amortização	Valor amortizado por debênture
1/10/2009	33,33%	R\$ 3.333,33
1/10/2010	33,33%	R\$ 3.333,33
1/10/2011	33,34%	R\$ 3.333,34

4.3.8. Pagamento da Remuneração: A Remuneração será paga semestralmente nos dias 1º de abril e 1º de outubro de cada ano, iniciando-se em 1º de abril de 2007.

#### 4.4. Limite Legal

A Emissão (incluindo o disposto nos itens 3.8. e 3.9. acima) atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$755.903.541,30 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e três mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta centavos).

#### 4.5. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

#### 4.6. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

#### 4.7. Amortização Antecipada Facultativa

A qualquer momento após decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, a Emissora poderá, mediante publicação de aviso prévio de 20 (vinte) dias, que conterá, inclusive, o valor da amortização, promover a amortização antecipada parcial ou total do Valor Nominal Unitário das Debêntures desta Emissão em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração (conforme o caso) até a data da efetiva amortização, e de prêmio sobre o Valor Nominal Unitário então amortizado, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D \times 1,5\%$$

onde:

P = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor da amortização;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data da efetiva amortização e a Data de Vencimento (01 de outubro de 2011); e

D = quantidade de dias corridos entre o fim da carência para a amortização antecipada (01 de outubro de 2008) e a Data de Vencimento (01 de outubro de 2011).

#### 4.8. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

#### 4.9. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do Jornal Valor Econômico, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET ([www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)), exceção feita ao anúncio de início e o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal Valor Econômico. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início constará, também, da página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET, no endereço acima referido. Os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso necessários, obedecerão ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso.

#### 4.10. Garantias

4.10.1. Em garantia ao fiel e integral cumprimento de todas as obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, referentes a esta Escritura, a qualquer das Alienações Fiduciárias ("Obrigações"), foram constituídas as seguintes garantias reais:

- (a) alienação fiduciária de 606.286.230 (seiscentas e seis milhões, duzentas e oitenta e seis mil e duzentas e trinta) ações ordinárias e 2.467.737 (dois milhões, quatrocentas e sessenta e sete mil, setecentas e trinta e sete) ações preferenciais de emissão da SAELPA (a "Alienação Fiduciária de Ações da SAELPA"). constituída pela PBPART SE2 em favor dos Debenturistas nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado em 5 de outubro de 2006 entre a Emissora, a PBPART SE2, o Agente Fiduciário e a SAELPA, que é

considerado parte integrante e complementar desta Escritura ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da SAELPA"); e

- (b) alienação fiduciária de 165.042 (cento e sessenta e cinco mil e quarenta e duas) ações ordinárias e 52.259 (cinquenta e duas mil, duzentas e cinquenta e nove) ações preferenciais de emissão da CELB (a "Alienação Fiduciária de Ações da CELB" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária das Ações da SAELPA, as "Alienações Fiduciárias"), constituída pela PBPart Ltda. em favor dos Debenturistas nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado em 5 de outubro de 2006 entre a Emissora, a PBPart Ltda., o Agente Fiduciário e a CELB, que é considerado parte integrante e complementar desta Escritura ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CELB" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da SAELPA, os "Contratos de Garantia").

4.10.2. Disposições Gerais Aplicáveis aos Contratos de Garantia: A Emissora se compromete a manter os Contratos de Garantia em pleno vigor e efeito, durante toda a vigência da presente Escritura e até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as Obrigações.

4.10.3. A execução das garantias objeto dos Contratos de Garantia está condicionada à prévia e expressa anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") quanto à alteração do controle acionário da CELB e/ou SAELPA.

#### 4.11. Desverticalização

4.11.1. Não obstante o disposto nas Cláusulas 5.1 (a), (f), (m) e (r) desta Escritura ou qualquer outra disposição desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, a Emissora, SAELPA, CELB, Intervenientes Anuentes e quaisquer de suas controladas, controladoras ou coligadas poderão realizar operações de cisão, fusão e/ou incorporação, transferência de ativos e redução de capital social, para implementarem o processo de desverticalização da Emissora, suas controladas, controladoras ou coligadas, conforme exigido pela Lei nº 10.848/04 ("Desverticalização"), desde que atendam, cumulativamente, as seguintes condições:

- (a) as sociedades acima referidas tenham obtido autorização e consentimento da ANEEL e outras instituições cujos contratos celebrados com elas exijam tal aprovação (exceto por contratos cujo descumprimento não possa causar um Efeito Relevante Adverso na Emissora), bem como de seus acionistas, para a implementação da Desverticalização;
- (b) nenhum evento de vencimento antecipado previsto no item 5.1 desta Escritura esteja em curso; e
- (c) (i) a Desverticalização ocorra no âmbito da Lei nº 10.848/04, (ii) a estrutura dela resultante seja aquela descrita na seção "Desverticalização e Reestruturação" do Prospecto Definitivo e as demonstrações financeiras da



Emissora, após a realização da Desverticalização, sejam substancialmente iguais àquelas incluídas nessa mesma seção do Prospecto Definitivo e (iii) os demais aspectos do processo de Desverticalização ocorram conforme a descrição contida na seção "Desverticalização e Reestruturação" do Prospecto Definitivo, podendo ser efetuadas eventuais alterações por determinação da ANEEL ou decisão da Companhia, suas controladas, controladoras ou coligadas, desde que não comprometam a essência do processo ali descrito.

4.11.2. Para os fins dos artigos 174 e 231 da Lei das Sociedades por Ações, a aquisição das Debêntures acarretará a imediata aprovação, por parte de tal adquirente, de qualquer operação de redução de capital, cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Emissora que observe, cumulativamente, as condições estabelecidas no item 4.11.1 desta Escritura. Dessa maneira, na hipótese de tal operação, não será realizada assembleia especial de debenturistas para a sua aprovação prévia, nem tampouco será exigido o resgate das Debêntures por parte da Emissora, de que tratam o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e o seu parágrafo primeiro.

#### CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (os "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de auto-falência, pedido de falência não extinto no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, Intervinentes Anuentes, SAELPA ou CELB, exceto pela extinção das Intervinentes Anuentes no âmbito da Desverticalização;
- (b) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, Intervinentes Anuentes, SAELPA ou CELB, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente;
- (c) falta de pagamento, pela Emissora, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- (d) a falta de pagamento nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 5 (cinco) dias úteis, pela Emissora, ou qualquer de suas controladas diretas ou

indiretas, SAELPA, CELB ou das Intervenientes Anuentes, ou o vencimento antecipado de qualquer de suas obrigações financeiras em montante individual ou total igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

- (e) se ocorrer qualquer alteração do atual controle acionário indireto da Emissora, de modo que ela não mais seja controlada pela família Botelho, ou qualquer alteração do controle acionário direto da SAELPA, CELB ou das Intervenientes Anuentes, salvo conforme previsto na seção "Desverticalização e Reestruturação" do Prospecto Definitivo;
- (f) a venda de ativos utilizados na atividade de distribuição de energia pela Emissora e/ou suas subsidiárias diretas ou indiretas, caso os recursos provenientes dessa venda não sejam integralmente utilizados para o resgate das Debêntures;
- (g) a venda, pela Emissora e/ou suas subsidiárias diretas ou indiretas, de ativos não incluídos no item (f) acima e cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), caso 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, do valor obtido com essa venda, não sejam empregados na redução do endividamento da Emissora;
- (h) protestos de títulos contra a Emissora, SAELPA, CELB ou a Intervenientes Anuentes, cujo valor total inadimplido individual ou total ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, SAELPA, CELB ou Interveniente Anuente, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos de sua ocorrência;
- (i) perda (exceto pela expiração do prazo contratual do Contrato de Concessão 39/99, celebrado em 19 de junho de 1999 entre a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – CFLCL, a Gipar S.A. e a ANEEL, referente às concessões relacionadas às centrais geradoras Neblina e Sinceridade, que vencerá em 2008) ou cassação, por qualquer motivo, de concessão detida pela Emissora ou por qualquer sociedade que a qualquer tempo venha a ser controlada pela Emissora, para exploração dos serviços de distribuição e/ou geração de energia elétrica;
- (j) intervenção, por qualquer motivo, em concessão detida pela Emissora ou por qualquer sociedade que a qualquer tempo venha a ser controlada pela Emissora, para exploração dos serviços de distribuição e/ou geração de energia elétrica;
- (k) a inveracidade de qualquer declaração da Emissora ou da Interveniente Anuente prestada nesta Escritura;
- (l) não cumprimento de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado, pela Emissora, Intervenientes Anuentes, SAELPA ou CELB, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00



(trinta milhões de reais);

- (m) resgate ou amortização de ações, redução de capital, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus;
- (n) falta de cumprimento pela Emissora, ou por suas controladas, diretas ou indiretas, ou das Intervenientes Anuentes, SAELPA ou CELB de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura que não seja sanado em até 30 (trinta) dias contados de notificação do Agente Fiduciário;
- (o) caso os seguintes índices financeiros, apurados semestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina até a conclusão da Desverticalização e da Emissora após a conclusão da Desverticalização (feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do semestre em questão com o semestre imediatamente anterior), não sejam atingidos:
  - (i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 3,5 durante o 1º ano a contar da Data de Emissão; 3,0 durante o 2º ano a contar da Data de Emissão; 2,75 durante o 3º ano a contar da Data de Emissão e 2,5 a partir do início do 4º ano a contar da Data de Emissão; e
  - (ii) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definidos abaixo) não deverá ser inferior a 1,75 durante o 1º ano a contar da Data de Emissão; 2,0 durante o 2º ano a contar da Data de Emissão; 2,25 durante o 3º ano a contar da Data de Emissão e 2,5 a partir do início do 4º ano a contar da Data de Emissão.

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” significa o valor calculado em bases consolidadas igual (a) à soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), parcelamentos com fornecedores, déficit de planos de previdência e parcelamentos de impostos e contribuições, registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante;

“EBITDA” significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao resultado líquido

relativo a um período de doze meses (calculado nos termos do caput deste item), e acrescido da participação de minoritários, do imposto de renda, da contribuição social, do resultado não operacional, do resultado financeiro, da amortização de ágio, da depreciação dos ativos, da participação em coligadas e controladas, das despesas com ajuste de déficit de planos de previdência, do reajuste tarifário extraordinário (receita compensatória das perdas com o racionamento em 2001-2002, com seu efeito caixa) e da receita com acréscimo moratório sobre contas de energia elétrica; e

“Despesas Financeiras Líquidas” significam o resultado financeiro calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos doze meses, deduzido da receita com acréscimo moratório sobre contas de energia elétrica, calculada pelo regime de competência ao longo dos últimos doze meses em bases consolidadas.

- (p) a violação de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia ou a não manutenção, durante toda a vigência desta Emissão, da titularidade direta ou indireta por parte da Emissora das ações de emissão da SAELPA e CELB gravadas nos termos dos Contratos de Garantia e desta Escritura;
- (q) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura ou de qualquer dos Contratos de Garantia;
- (r) cisão, fusão, incorporação ou qualquer outro tipo de reorganização societária ou qualquer transformação de tipo societário da Emissora, Intervenientes Anuentes, SAELPA e CELB (incluindo, mas não se limitando, na transformação de qualquer uma dessas sociedades em sociedades limitadas), exceto por atos realizados com relação às Intervenientes Anuentes, no âmbito da Desverticalização, conforme prevista na seção “Desverticalização e Reestruturação” do Prospecto Definitivo; ou
- (s) caso a Emissora não complete o processo de Desverticalização nos termos do disposto no item 4.11.1(c) acima até 31 de março de 2007 ou caso a ANEEL se manifeste por escrito favoravelmente à prorrogação desse prazo e a Emissora não complete o processo de Desverticalização até 30 de setembro de 2007.

5.1.1. A ocorrência dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c), (d), (e), (i) e (r) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.1.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (f), (g), (h), (j), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (s) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto

na Cláusula Oitava abaixo e o *quorum* específico estabelecido no item 5.1.2. abaixo.

5.1.2. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.1.1.1. anterior poderá, por deliberação de detentores de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

5.1.3. Não se realizando a Assembléia Geral de Debenturistas conforme disposto no item 5.1.2. supra, não havendo sua convocação ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto no caso de suspensão dos trabalhos da referida Assembléia de Debenturistas.

#### CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos nos itens (i) e (ii) da alínea "o" do item 5.1 acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração;
- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como (i) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, (ii) relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos nos itens (i) e (ii) da alínea "o" do item 5.1 acima, explicitando as rubricas necessárias à sua aprovação e (iii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres

encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de revisão dos auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;

- (d) no mesmo dia de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, com a data de sua realização e a ordem do dia, e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das Assembleias Gerais, reuniões de Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal que forem objeto de publicação.
- (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, em especial, sem limitação, aqueles relacionados ao processo de desverticalização exigido pela Lei Nº. 10.848, de 15 de março de 2004, em até 3 (três) dias úteis da data em que forem publicados;
- (f) em até 3 (três) dias úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, observados os termos das Instruções CVM nºs. 358 e 400;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um Efeito Relevante Adverso. "Efeito Relevante Adverso" significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e/ou de suas controladoras e/ou controladas consideradas como um todo;
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação à tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a "Instrução CVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;

6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos



exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

6.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora), realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria.

6.1.4. Convocar, nos termos do item 8.1. desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

6.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

6.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.10. Notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

6.1.11. Não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus, cessando esta proibição quando purgada a mora.

6.1.12. Tomar as medidas necessárias para:

- (i) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças

(inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas controladas dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

- (ii) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal;
- (iii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um Efeito Relevante Adverso;
- (iv) estender as medidas listadas nos itens "i" a "iii" acima para as sociedades sob seu controle.

6.1.13. Manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a integral liquidação destas, fornecendo ao Agente Fiduciário e à ANBID cópia das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 10 (dez) dias úteis após sua divulgação.

6.1.14. Efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP.

6.1.15. Manter seus ativos operacionais relevantes, assim como os de suas controladas, adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora ou de suas controladas, conforme o caso.

6.1.16. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

## CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

### 7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

### 7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser

paga da seguinte forma:

- a) Parcelas trimestrais de R\$9.000,00 (nove mil reais), devida a primeira na data da assinatura da Escritura e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes;
- b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- c) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com o IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir de 1º de janeiro de 2007;
- e) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembléia Geral de Debenturistas, da ata da Assembléia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário;
- f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);
- g) As remunerações serão acrescidas dos impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, tais como: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte);
- h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em

assembléias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

### 7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, e seu pagamento será de responsabilidade da Emissora.

7.3.3. Na hipótese de não poder, o Agente Fiduciário, continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (a "Instrução CVM 28"), e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

### 7.4. Deveres

SAP

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura, dos Contratos de Garantia e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição da garantia real indicada no item 4.10 acima, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) intimar a Emissora e a Interveniente Anuente a reforçarem a garantia real indicada no item 4.10 acima, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (j) examinar a proposta de substituição ou reforço dos bens dados em garantia real, manifestando sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- (k) tomar as providências necessárias para a liberação das garantias de acordo com os termos dos Contratos de Garantia;
- (l) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros

f



públicas certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (m) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (n) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.9 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (o) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (p) fazer com que a Emissora mantenha atualizado, pelo menos anualmente e até a Data de Vencimento das Debêntures, seu relatório de avaliação (*rating*);
- (q) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, em até dois dias subsequentes da data de encerramento da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia Geral de Debenturistas;
- (r) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (r.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (r.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (r.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (r.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (r.5) resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamento de



remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- (r.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - (r.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (r.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (r.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
  - (r.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures.
- (s) Colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "n" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (s.1) na sede da Emissora;
  - (s.2) no seu escritório;
  - (s.3) na CVM;
  - (s.4) no BOVESPA FIX e no SND; e
  - (s.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.
- (t) publicar, às expensas da Emissora, observado o disposto na Cláusula 7.6 abaixo, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "r" acima;
- (u) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Itaú S.A. (na qualidade de instituição depositária), a CBLC e/ou a CETIP;
- (v) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (w) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, se possível, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de

qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à BOVESPA, à CETIP e à CBLC e ao Banco Central do Brasil;

- (x) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, a alteração proposta; e
- (y) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas.

### 7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme o disposto na cláusula 5.1 acima;
- (b) se aplicável, executar a garantia real indicada no item 4.10 acima, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures e restituindo o saldo excedente, se houver, aos Intervenientes Anuentes;
- (c) requerer a falência da Emissora se o produto da execução da garantia real indicada no item 4.10 acima for insuficiente para o pagamento integral das Debêntures; e
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (e) acima.

### 7.6. Despesas

*GAAP*

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a elas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA VIII ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

### 8.1. Convocação



8.1.1. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelas Intervenientes Anuentes, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

## 8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade das Intervenientes Anuentes, da SAELPA ou da CELB e de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

## 8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou garantias e/ou prazos de vencimento, repactuação ou amortização das Debêntures deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, sobre uma determinada matéria, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem o *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura para referida matéria.

#### CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e pela CVM;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (k) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento; e
- (l) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta na CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes;
- (f) cada um dos Prospectos terá, na sua respectiva data de publicação: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, suas controladas e coligadas no contexto da Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e obrigações em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais

GAP



informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora, suas controladas e coligadas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível;

- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto, foram dadas de forma correta e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há outros fatos com relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração do Prospecto seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (i) a celebração da Escritura, e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato ou obrigação anteriormente assumida pela Emissora; ou qualquer uma de suas controladas ou coligadas, nem irá resultar em:
  - i. vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
  - ii. criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas controladas ou coligadas; ou
  - iii. rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a Emissora, suas controladas e coligadas possuem as concessões, licenças, permissões, alvarás e autorizações expedidas por todas as autoridades competentes, necessárias para conduzir seu negócio conforme descrito nos Prospectos; e a Emissora, suas controladas e coligadas não receberam nenhuma notificação relacionada à revogação ou à modificação de qualquer concessão, licença, permissão, alvará ou autorização que, conjunta ou individualmente, se for o objeto de uma decisão, determinação ou sentença contrária, teria o efeito de causar um prejuízo relevante e objetivamente apurável sobre a Emissora, suas controladas ou suas coligadas, a não ser conforme descrito nos Prospectos;
- (k) exceto com relação a demonstrações financeiras *pro forma* constantes dos Prospectos, as demonstrações financeiras da Emissora constantes dos Prospectos representam corretamente a posição financeira da Emissora e de

GAP

suas controladas e coligadas nas datas de sua elaboração e foram devidamente preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- (l) tanto a Emissora quanto suas controladas e coligadas, em seu melhor conhecimento, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis e relevantes à condução e realização de seus negócios, exceto conforme informado nos Prospectos;
- (m) não existem processos judiciais ou administrativos ou arbitrais relevantes pendentes nos quais a Emissora ou qualquer uma de suas controladas ou coligadas seja parte ou aos quais os seus bens estejam sujeitos, que não estejam descritos nos Prospectos e a Emissora não tem conhecimento de nenhum processo iminente a ser contra ela ou suas controladas ou coligadas ajuizado ou com relação a qualquer um de seus bens ou dos bens de suas controladas ou coligadas que possam afetá-la de forma relevante; e
- (n) não existe nenhum inadimplemento e nenhum evento que, mediante notificação, decurso de prazo ou ambos, possa constituir o não-cumprimento e a não-observância devidos com relação a qualquer termo, avença ou disposição de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual a Emissora ou qualquer uma de suas controladas ou coligadas seja parte ou pelo qual ela ou qualquer de seus bens estejam obrigados, exceto conforme descrito nos Prospectos.

9.3. Cada uma das Intervenientes Anuentes neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, incluindo a prestação das garantias previstas nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (c) esta Escritura e a prestação das garantias previstas nos Contratos de Garantia constituem suas obrigações legais, válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente por ela assumida;
- (d) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta na CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures relativas à

Interveniente Anuente são e serão verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes;

- (e) não há outros fatos com relação à Interveniente Anuente, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração do Prospecto seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (f) a celebração da Escritura, e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Interveniente Anuente ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato ou obrigação anteriormente assumida pela Interveniente Anuente; ou qualquer uma de suas controladas ou coligadas, nem irá resultar em:
  - i. vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
  - ii. criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Anuente ou de suas controladas ou coligadas; ou
  - iii. rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

9.3.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas em razão da inveracidade, insuficiência, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.3.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela

Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### 10.2. Irrevogabilidade; sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

#### 10.3. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

#### 10.4. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula IV, a qual será regida por seus termos específicos.

#### 10.5. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão, dos Contratos de Garantia, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### 10.6. Comunicações

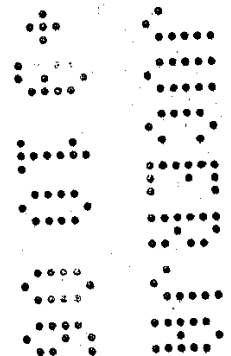
10.6.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

##### Para Emissora

Energisa S.A.  
Avenida Presidente Vargas, 463 – 4º andar  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 20086-900  
At. Sr. Maurício Perez Botelho / Cláudio Brandão Silveira  
Telefone: (21) 2122-6900  
Fac-símile: (21) 2122-6931  
E-mail: [mbotelho@cataguazes.com.br](mailto:mbotelho@cataguazes.com.br) ou  
[claudiobrandao@cataguazes.com.br](mailto:claudiobrandao@cataguazes.com.br)

##### Para as Intervenientes

PBPart Ltda.



*Handwritten signature or initials.*

Anuentes

Avenida Presidente Vargas, 463, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ  
At. Sr. Maurício Perez Botelho / Cláudio Brandão Silveira  
Telefone: (21) 2122-6900  
Fac-símile: (21) 2122-6931  
E-mail: [mbotelho@cataguazes.com.br](mailto:mbotelho@cataguazes.com.br) ou  
[claudiobrandao@cataguazes.com.br](mailto:claudiobrandao@cataguazes.com.br)

PBPart SE2 Ltda.

Avenida Presidente Vargas, 463, Rio de Janeiro - RJ  
At. Sr. Maurício Perez Botelho / Cláudio Brandão Silveira  
Telefone: (21) 2122-6900  
Fac-símile: (21) 2122-6931  
E-mail: [mbotelho@cataguazes.com.br](mailto:mbotelho@cataguazes.com.br) ou  
[claudiobrandao@cataguazes.com.br](mailto:claudiobrandao@cataguazes.com.br)

Para o Agente  
Fiduciário

Oliveira Trust DTVM S.A.  
Avenida das Américas 500, bloco 13, Grupo 205  
Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 22.640-100  
At. Juarez Dias Costa  
Telefone: (21) 2493-7003  
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901  
E-mail: [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

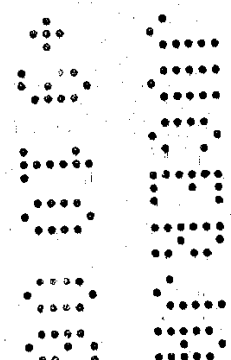
Para o Banco  
Mandatário  
e Escriturador

Banco Itaú S.A.  
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 – Torre Itausa  
04344-902 - São Paulo - SP  
At. Silvio Maia Uchôa Junior  
Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais  
Telefone: (11) 5029-3853  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: [silvio.uchoa@itau.com.br](mailto:silvio.uchoa@itau.com.br)

Administradora do  
sistema de negociação

Para a CETIP:  
CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação  
SDN – Sistema Nacional de Debêntures  
Rua Líbero Badaró, 425 – 24º andar  
01009-000 – São Paulo, SP, Brasil  
Tel.: (11) 3111-1400/ 1596 / 3365-4925  
Fax: (11) 3111-1563 / 1564

Para a Bovespa/BovespaFix/ SomaFix:  
Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa  
Rua XV de Novembro, 275  
01013-001 – São Paulo, SP, Brasil  
At.: Sr. Nelson Ortega  
Telefone: 3233-2222



*[Handwritten signature]*

Fax: 3233-2061

Câmara de Liquidação

CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia  
Rua XV de Novembro, 275  
CEP: 01013-001 – São Paulo, SP, Brasil  
Telefone: (11) 3233-2178 / 2261  
Fax: (11) 3233-2331

10.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

**10.7. Lei Aplicável**

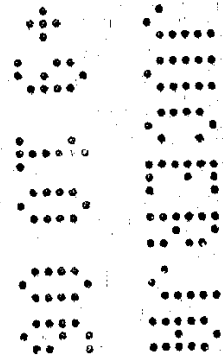
Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.8. Foro**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 2006.





ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM  
GARANTIA ADICIONAL, DA ENERGISA S.A. (PÁGINA DE ASSINATURA)

ENERGISA S.A.

Nome:  
Cargo:

*Yph.*  
Nome: MAURICIO PEREZ BORZATO  
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

PBPART LTDA.

Nome:  
Cargo:

*Yph.*  
Nome: MAURICIO PEREZ BORZATO  
Cargo: DIRETOR

PBPART SE2 LTDA.

Nome:  
Cargo:

*Yph.*  
Nome: MAURICIO PEREZ BORZATO  
Cargo: DIRETOR

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

*Gustavo Dezouzar T. Pinto*  
Nome: Gustavo Dezouzar T. Pinto  
Cargo: Gerente Jurídico

Testemunhas:

*Carlos Eduardo H. A. Pinto*  
Nome: CARLOS EDUARDO HENRIQUE DE RIZHAWA PINTO  
IDENR: 09.289466-6

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: ENERGISA S/A	
Nire: 33.3.0016654-8	
Protocolo: 00-2006/135723-5 - 06/10/2006	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/10/2006, E O REGISTRO SOB O NÚMERO	
E DATA ABAIXO.	
ED33000078-8/000	
DATA: 09/10/2006	
Valéria G. M. Serra SECRETÁRIA GERAL	

*M. M. M.*  
Nome: MAURICIO MACHADO MASCARENHAS  
IDENTIDADE Nº 1696519-2 DP  
CPF: 100.244.577-95